

Obra da prefeitura ameaça moradores da Vila Autódromo

Cláudio Silva



A comunidade Vila Autódromo na Zona Oeste do Rio de Janeiro, sofre ameaça de remoção desde 1992.

O viaduto vai unir a Transolímpica à Transcarioca. Engenheiros afirmam que a construção é desnecessária e poderia passar por outro lugar.

Páginas 6 e 7

Engenheiros apontam problemas em licitação

Falta de projeto básico e altos custos são as principais críticas feitas a edital do Governo do Estado para aquisição de 14 novos bondes para o bairro de Santa Teresa.

Página 5

Mudança no modelo do setor elétrico viabiliza a redução da conta de luz

É o que afirmam especialistas do Senge-RJ, Ilumina e do Dieese. Para eles, não são os impostos os principais responsáveis pelos altos preços no país.

Página 11

Atuação em defesa da aprovação do PL 761/07

Que regulamenta o fornecimento de gás em residências e estabelecimentos comerciais.

Página 12

Entrevista

“Economia verde é ‘esverdear’ um modelo desigual”

Com a antropóloga Iara Pietricovsky, do grupo de articulação da Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20.

Página 3

Empresas do setor elétrico resistem à democratização

A recente eleição de representantes dos trabalhadores para os Conselhos Administrativos das empresas do setor elétrico tem demonstrado, de forma inequívoca, que a tarefa de democratizá-las será árdua e demorada.

Logo que a lei foi votada, o grupo Eletrobras se apressou em reduzir o mandato dos conselheiros para um ano; além das restrições, já constantes da lei, que vedam a participação dos representantes dos trabalhadores em assuntos diretamente relacionados com salários, planos de cargos e sistema de previdência.

Em várias empresas, como foi o caso do Cepel como uma série de manobras protelatórias a restrição do número de reuniões por ano e o adiamento da primeira reunião do ano, somente vem corroborar que os atuais dirigentes das empresas do setor elétrico são avessos à participação dos trabalhadores em qualquer nível.

Existe ainda em todo setor elétrico um brutal sistema de cerceamento das opiniões diferentes. Este sistema percorre todos os níveis hierárquicos e possui extrema dificuldade de ser permeado pelo livre debate e pela circulação de opiniões que não sejam emanadas a partir de cima.

Cabe aos trabalhadores, e somente a eles, furar o bloqueio, explorar todas as possibilidades nos órgãos colegiados e construir articulações em nível nacional para pressionar os órgãos governamentais a mudar esta situação de faz de conta montada contra eles.

Estocolmo 1972/Rio 1992/Rio 2012

MARCO ANTONIO BARBOSA*

No ano de 1974, nós iniciávamos nossa peregrinação pela saga ambiental, com muita incerteza. Naquele momento, quem se interessava por este tema era tachado como utópico. Na discussão sobre o meio ambiente, já se visualizava um time de eminentes pensadores, cientistas e formuladores de opinião que militavam com ênfase nessa temática.

Os anos eram difíceis. Estávamos em plena ditadura, os tais anos de chumbo. Era muito complicado estabelecer princípios de defesa ao meio ambiente sem cair na encruzilhada de ser contra o desenvolvimento ou estar na contra mão da História. Afinal, o Brasil era um país querendo crescer e nós estávamos impondo determinados padrões e paradigmas para um “crescimento de baixo custo ecológico”.

A maior parte dos que lutavam em defesa do meio ambiente tinha em média trinta anos, rapaziada muito jovem e sem grande experiência de vida, mas com uma enorme vontade de acertar. Havia também grandes cabeças pensantes e experientes, que vinham se posicionando desde os anos de 1960.

Aprendíamos tudo com os mais experientes: Azevedo Neto, Samuel Murgel Branco, Cynamon, Koblitz, Benito, Tomasi, Fuad, Aida e muitos outros. Guardo na lembrança o período em que tive contato com o inesquecível, inteligente e divertido, médico sanitário dr. Fausto Guimarães. Dele, escutei histórias únicas sobre a primeira reunião das nações para se discutir o tema meio ambiente - Estocolmo 1972.

O governo brasileiro, com o objetivo de constituir uma delegação para participar do evento, convocou vários cientistas ligados à área ambiental. Nela estava o dr. Fausto. A comitiva era chefiada pelo general Costa Cavalcanti, que em determinado momento reuniu todos e determinou que nenhum dos participantes da delegação brasileira poderia intervir nas discussões durante o evento, pois estavam ali só para ouvir, como se dizia “cumprir tabela”. Ele afirmava que sendo o Brasil um País em desenvolvimento, não deveria defender teses sobre a preservação do meio ambiente.

Em 1992 foi realizada a Rio 92, que além de resgatar princípios importantes, estabeleceu procedimentos consistentes para serem trilhados nas décadas vindouras. A constituição brasileira tinha quatro anos de promulgação e havia conseguido um avanço significativamente progressista. Apesar disso, algumas questões ficaram de fora das discussões, como: a

erradicação da pobreza e a exclusão social.

Rola o ano de 2012. Neste momento de novo importante para a população carioca, devemos avaliar os avanços conseguidos nestes últimos 40 anos. É de nossa responsabilidade verificar quais as políticas ambientais que deram resultados profícuos e quais apresentaram soluções pífiás, para, a partir daí, buscar novos caminhos para equilibrar os diversos interesses conflitantes entre o desenvolvimento e encontrar a melhor forma de proteger o meio ambiente.

*Marco Antonio Barbosa é diretor do Senge-RJ

Buscar caminhos para solucionar os interesses conflitantes entre o desenvolvimento e proteção do meio ambiente



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277, 17o andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virgínia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL

Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Estagiária: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: Beatriz Fontes

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 7.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Um modelo poluidor tingido de verde



A antropóloga e ambientalista Iara Pietricovsky faz parte do grupo de articulação da Cúpula dos Povos, evento organizado por movimentos sociais em paralelo ao oficial, a Rio+20. Nesta entrevista, ela afirma que é necessário repensar os processos de produção, de consumo e de qualidade de vida.

Jornal do Engenheiro - Qual a sua avaliação do processo de construção da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)?

Iara Pietricovsky - Está acontecendo a minimização do valor dos acordos e princípios jurídicos estabelecidos desde a Rio 92. O caminho que estão seguindo é o da privatização do que é público. Há uma tentativa dos países, especialmente, os mais ricos, de fugir dos compromissos que eles deveriam estar assumindo radicalmente neste momento. Como estes países estão em crise, ninguém quer se comprometer. Não queriam antes e, agora, muito menos.

JE - Quais são estes compromissos que estão deixando de ser assumidos?

IP - O documento apresentado pretende fazer com que os países ricos e em desenvolvimento tenham um processo de mensuração daquilo que deverão fazer para mudar de um modelo econômico de desenvolvimento insustentável para um padrão sustentável.

O que acontece agora é o contrário. Por exemplo, as metas estão sendo feitas de forma que, simplesmente, sejam referências de políticas focais que poderão produzir alguma mudança no sentido de sair de um modelo predatório, mas não uma mudança necessariamente estruturante.

A participação nessa destruição do planeta é diferenciada. Nesse caso, os ricos são mais responsáveis que os pobres. A gente tem que repartir esse bolo da mudança de uma forma diferente e não é isso que está acontecendo.

Mais uma vez, são os países em

desenvolvimento e os pobres que vão pagar essa conta. Ou seja, a ideia de um modelo de desenvolvimento sustentável que garante os direitos humanos e a obrigação do Estado está indo para o lixo.

Teremos uma agenda renovada para ficar mais dez anos pensando como é que vai ser, só que com muitas dificuldades para pressionar, demandar ou reconfigurar o papel do Estado no sentido da efetivação dos direitos.

Então, nós vamos partir para um processo que já está em curso, que é o da privatização absoluta e da desregulamentação total do mercado. Essa é a posição de que o mercado resolve tudo, que o sistema financeiro só precisa ser reconfigurado, criando novos serviços ambientais, vendendo florestas em troca de poluição, em um canto, e preservação, em outro.

Esta lógica é de uma perversidade tal que, se a gente não conseguir resolver isso agora, do ponto de vista político, entre os países membros das Nações Unidas, dificilmente conseguiremos realizar grandes avanços na sequência. Assim, os avanços virão pelas tragédias.

As tragédias ambientais, que se darão por conta das mudanças climáticas, as tragédias dos povos pobres que irão migrar para o norte, que, por sua vez, vai gerar mais políticas conservadoras de rejeição desses povos. É preciso reverter este quadro e produzir uma agenda política que seja capaz de jogar o mundo para um espaço de confronto e desafios.

JE - A expressão “economia verde” vem sendo muito utilizada, mas seu significado e implicações são ainda muito controversos. Qual é a sua avaliação?

IP - Quem é contra uma economia verde? Eu não sou contra. Eu sou contra essa economia verde que estão querendo fazer a gente comprar.

Falar em economia verde é falar mais do mesmo. Na verdade, é “esverdear” o modelo que já provou que é desigual e não contempla todo mundo. Este modelo está baseado na exploração de recursos naturais como se esses recursos fossem infindáveis. A gente está vivendo o impacto desse modelo, com as mudanças climáticas, por exemplo.

Existe a proposta de um rascunho, dentro das negociações para a Rio + 20, que está definindo quais serão as metas de desenvolvimento sustentável que vão substituir as tais metas do milênio, que já foram uma redução de toda uma série de debates no campo dos direitos.

Então, eles estão dizendo assim: “Ah, em 2030 nós vamos dobrar o uso de energia renovável”. Ora, o uso de energia renovável no mundo não chega a 4% da energia utilizada por todas as populações do planeta. Dobrar significa 8%. É nada do ponto de vista de soluções concretas, rápidas, de redução do padrão de uso energético da matriz energética baseada em recursos naturais.

JE - A Cúpula dos Povos apresentará propostas de como transformar estas críticas em ações?

IP - 75% da população brasileira come porque existem pequenos agricultores e agroecologistas. Eles produzem alimentos e comercializam de forma complementar, em pequenas distâncias, sem grandes usos de combustíveis. É possível recriar, a partir do nível comunitário, do nível pequeno, local, e

reconstruir as relações e a produção e a circulação de alimentos.

Tem uma série de propostas que estão colocadas nesta “cesta de alternativas”, mas não são só ideias, são coisas que estão acontecendo na prática, mas não têm visibilidade. Até porque não é interessante para as grandes empresas e corporações dar visibilidade a isso, porque elas não têm a perspectiva do lucro, mas da mudança social e ambiental.

Elas precisam, obviamente, de investimentos, precisam de políticas públicas orientadas. As pessoas que estão produzindo essas realidades precisam de financiamentos e de educação pública. A ação em torno de uma mudança de padrão requer uma visão multidimensional, uma variedade de políticas públicas e financiamento para que isso se realize. E isso não pode ser feito pelo setor privado porque ele não vai fazer isso. Quem tem que fazer isso é o Estado.

É preciso pensar nestas alternativas como uma solução e não no sentido bucólico de que é voltar para trás, mas com o uso de tecnologias. A gente quer justiça social e ambiental e que esses direitos sejam para todos e todas. Por que que só poucas pessoas podem viajar de avião, ter acesso à informação, ter acesso aos benefícios produzidos socialmente e a vasta maioria não? Estes benefícios não podem ficar restritos à elite.

Tem uma desigualdade no mundo, que é constituída pelo atual modelo de sociedade. Nós temos que repensá-lo. Talvez, alguns vão ter que perder seu status quo, mas a grande maioria terá uma melhora significativa, o que produzirá benefícios para todos e todas de uma forma mais equitativa.

Bolsa Verde do Rio será durante a Rio+20

A Bolsa Verde do Rio de Janeiro, criada para negociar créditos de ativos ambientais, terá sua primeira operação durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que ocorre no Rio de Janeiro de 13 a 22 de junho.

O mercado permite que empresas que não emitem ou emitem menos gases de efeito estufa do que as metas estabelecem, coloquem sua cota à venda em forma de ações na bolsa de valores.

A pesquisadora do Jubileu Sul Fabrina Fonseca acredita que a Bolsa Verde do Rio possibilita, na verdade, que as empresas comprem o “direito de poluir”, e não provoca uma mudança na sua forma de atuação. “Não existe redução. As empresas que, normalmente, compram esses créditos são as que mais poluem”.

Além de créditos sobre a emissão de gases de efeito estufa (créditos de carbono), também serão negociados créditos para Reposição da Reserva Legal Florestal, Reposição da Supressão Florestal, Efluentes das Baías de Guanabara e Sepetiba, lixo e logística reversa.

Fabrina explica como funcionará no caso dos créditos para a Reposição

da Reserva Legal Floresta: “No Brasil, empresas em áreas de florestas precisam manter, fora da Amazônia, 20% da área sem ser desmatada. Então, agora, com o novo Código Florestal, elas podem desmatar os 20% e comprar crédito de uma outra empresa que está deixando de desmatar 30%”.

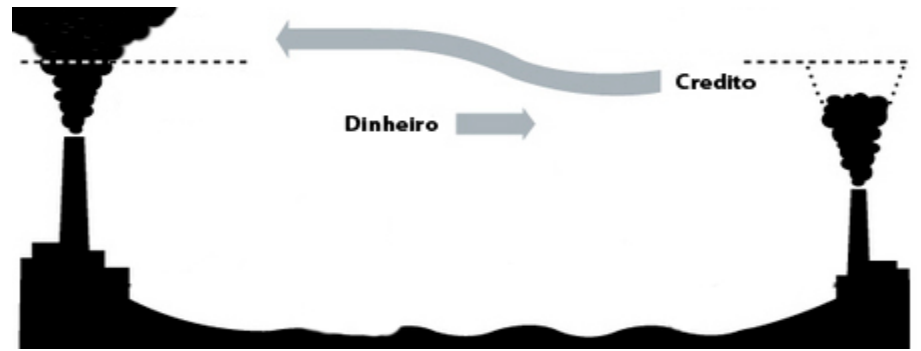
Fabrina lembra que “para empresas que se sustentam da exploração da natureza, como as voltadas para o agronegócio, é mais caro deixar de desmatar. Porque se utilizam de grandes extensões de terra para o cultivo de soja, por exemplo.

GRANDES VERDES LUCROS

O mercado de crédito de carbono foi proposto pelo Protocolo de Quioto, que previu metas de redução da emissão de gases de efeito estufa para empresas e governos de países considerados desenvolvidos.

A diferença é que, historicamente, só os países do Hemisfério Norte tinham essas metas de redução. “O governo brasileiro definiu uma meta voluntária, já que não há uma exigência sobre os do Sul”.

A pesquisadora chama atenção para o fato de que, sem essa meta, não existe mercado de carbono. “Então, o objetivo



acaba sendo em função deste mercado e esta lógica envolve muito lucro”.

MECANISMOS DE FLEXIBILIZAÇÃO

O Protocolo de Quioto também determina que os países estabeleçam programas de redução da poluição dentro de seus territórios, mas também oferece mecanismos de flexibilização, conhecidos como: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), Implementação Conjunta e Comércio de Emissões de Carbono.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo possibilita que as empresas invistam em projetos nos países do Hemisfério Sul, que devem gerar a redução. Então, essas empresas compram créditos das

emissões “evitadas” por esses projetos.

“Muitas vezes, os investimentos são em projetos com bastante impacto, que geram vários outros problemas socioambientais”.

A Implementação Conjunta prevê as mesmas medidas que do MDL. A diferença é que os investimentos são feitos em países do Norte. O terceiro mecanismo é o Comércio de Emissões de Carbono. As empresas que emitirem menos gases do que os previstos nas metas podem colocar a diferença à venda, o que possibilita as indústrias, que emitem mais gases do as metas estabelecidas, comprar estas ações, como se elas próprias estivessem cortando suas emissões.

construir

RIO 2012 FEIRA INTERNACIONAL DA CONSTRUÇÃO

7-10 NOVEMBRO RIOCENTRO

VENHA
CONSTRUIR
O SEU
FUTURO

- Excelentes oportunidades para fazer negócios e parcerias
- Presença de empresas nacionais e internacionais
- Grandes lançamentos do mercado
- Workshops, palestras e centenas de expositores
- Muitas novidades da Construção Civil em um só lugar

Quem constrói se encontra aqui.

www.feiraconstruir.com.br/rj

feiraconstruir@fagga.com.br
INFORMAÇÕES: Fagga | GL exhibitions
Tel.: (21) 3035-3100

APOIO:
SINDUSCON-RIO

PARCERIA:
KING OURO

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO:
Fagga | exhibitions

Engenheiros criticam licitação de bondes

Senge-RJ, Crea-RJ e Clube de Engenharia criticam a falta de um projeto básico adequado em licitação realizada pelo governo do estado do Rio.

De acordo com estimativas do governo, será necessário investir cerca de R\$ 48 milhões na fabricação dos 14 novos bondes para o bairro de Santa Teresa, no centro da cidade. O governo já recebeu documentos de quatro empresas interessadas em participar da concorrência, no dia 4 de junho. Ainda não há previsão de data para a abertura dos envelopes.

“Já era um absurdo o custo de R\$ 1 milhão gasto na ‘modernização’ de cada bonde há cinco anos. Agora, eles estão querendo trabalhar com mais R\$ 3 milhões”, comenta o diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) Jorge Saraiva.

Saraiva lembra que o artigo 7º da Lei 8.666/93 define que, para um complexo de obras e serviços serem executados, é fundamental a apresentação de um projeto básico ou a contratação de uma empresa, mediante licitação, para desenvolvê-lo, para desenvolvê-lo de modo que suas características básicas e desempenho desejado estejam adequadamente definidos.

Segundo ele, “o correto mesmo seria licitar o projeto básico. Depois, em uma nova licitação seria escolhida uma empresa para a fabricação dos bondes. O valor da proposta vencedora, deverá estar dentro da margem de 15%, em relação ao estimado no projeto básico”.

A Resolução 361/91 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) explica o projeto básico como “um conjunto de elementos que define a obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução”.

“Infelizmente, a imagem do projeto básico foi destruída no Brasil. Hoje, ele é feito de qualquer maneira em um ‘papel de pão’”, lamenta o engenheiro.

“CORRENDO ATRÁS DO RABO”

O diretor do Senge-RJ e coordenador da Comissão de Análise e Preven-

ção de Acidentes do Crea, Luiz Cosenza, afirma que o governo está cometendo o mesmo erro de cinco anos atrás, quando realizou a “modernização” do sistema de bondes do bairro.

Para a “modernização” de 14 bondes, foi divulgado o gasto de cerca de R\$ 14 milhões. Entretanto, apenas sete veículos foram entregues. Jorge Saraiva afirma que foram pagos R\$9 milhões, R\$ 2 milhões a mais, e foi orçado R\$ 1 milhão por bonde.

Os veículos modificados foram retirados de operação pelo próprio governador Sérgio Cabral, que alegou falta de segurança, após uma série de graves acidentes.

Luiz Cosenza lembra que, em 2009, uma professora morreu em um acidente ocorrido com um bonde recém “modernizado”. “Nós não entendemos a pressa de se fabricar um bonde sem que se tenha um projeto para se cometer o mesmo erro que levou à morte de uma professora”, diz o engenheiro.

Na época, a comissão de análise e prevenção de acidentes do Crea-RJ verificou falhas no bonde “modernizado”.

Isto porque o projeto foi desenvolvido durante a construção do bonde.

Em reunião na Casa Civil, Cosenza solicitou que o governo do estado suspendesse a licitação para que as empresas tivessem tempo para apresentar pelo menos um projeto básico com os detalhes necessários que, após análise



Os bondes estão fora de circulação desde 27 de agosto de 2011.

de especialistas, pudessem garantir a segurança dos novos bondes.

O BONDE QUE QUEREMOS

O engenheiro Alcebíades Fonseca, coordenador da Divisão Técnica de Transportes do Clube de Engenharia avalia que “o bonde construído, há 115 anos funcionava perfeitamente. Ele atendia a população e não há um histórico de acidentes com esse bonde”.

Alcebíades lembra que, no início da “modernização”, houve a tentativa de transformar esses bondes em uma espécie de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT). Para isso, foi acrescentada uma série de equipamentos que o deixaram mais pesado.

“Só para ter uma comparação, nós temos um computador em casa com um sistema operacional e utilizamos alguns softwares. Sempre que você coloca uma versão mais nova, mais potente, há a necessidade de melhorar a sua máquina. Porque ele exige mais potência. É o caso do bonde. Não existe nenhum histórico que demande alguma coisa que tenha que modernizar”.

A Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (Amast) avalia que o atual projeto apresentado pelo governo altera o projeto do bonde tradicional. Além disso, prioriza a destinação turística, em prejuízo dos moradores: a redução do número de assentos para 24, aliada à extensão das linhas até o Silvestre, para integração com o Trem do Corcovado.

“Ao se ampliar a extensão das linhas até o Trem do Corcovado, a procura dos

bondes por turistas vai aumentar de forma considerável, gerando uma espera incompatível com a rotina dos moradores que precisam pegar o bonde para trabalhar ou estudar. A redução do número de assentos reduzirá em mais de 30% a quantidade de passageiros atendidos, tornando a situação ainda mais insustentável”, divulgou a associação em seu site.

DISCUSSÃO NA JUSTIÇA

A licitação havia sido suspensa pela juíza Maria Paula Galhardo, da 4ª Vara da Fazenda Pública da capital, por falta de projeto básico e executivo; e não corresponder aos critérios de tombamento do bonde, realizado no início de abril pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

No entanto, a 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio acolheu o pedido do desembargador Elton Leme e autorizou a continuidade da licitação. O desembargador considerou que, para a compra dos bondes, não há a necessidade de apresentação de projetos básico e executivo. O argumento é contestado pelo engenheiro Alcebíades Fonseca.

“Não é correto dizer simplesmente que haveria uma compra de bondes. Você não chega ao supermercado e diz: eu quero aquele bonde ali, me dá o vermelhinho ou amarelinho. Para a gente, soa muito mal quando um órgão de governo, responsável pelo transporte, coloca esse tipo de situação. Parece que há um objetivo maior de desestruturar um sistema de transportes aqui no estado do Rio”, diz Alcebíades.



Saraiva: “Agora, eles estão querendo trabalhar com mais R\$ 3 milhões”



Cosenza: “O governo está cometendo o mesmo erro de cinco anos atrás”

Obra da prefeitura ameaça 450 famílias

Engenheiros e urbanistas consideram obra desnecessária e apresentam proposta de urbanização para a comunidade

Um projeto da prefeitura do Rio prevê a construção de um viaduto sobre a comunidade Vila Autódromo, localizada na Barra da Tijuca. A obra ligará a Transolímpica à Transcarioca. As vias expressas estão dentro de um pacote de intervenções urbanísticas realizadas em função dos Jogos Olímpicos de 2016.

Contudo, o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Olímpio Santos, afirma que, “como obra de engenharia, esse viaduto é completamente desnecessário”. Segundo ele, “o viaduto poderia passar por outro lugar. Seria até mais barato”.

A urbanista e pesquisadora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ), Giselle Tanaka, também contesta a obra. Segundo ela, o projeto da Transcarioca aprovado pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea) não passa pela Vila Autódromo.

“Eles modificaram o projeto para passar pela Vila. Se fosse necessário, ele teria vindo a público antes, mas em nenhum momento a prefeitura apresentou esta intervenção”, afirma Giselle.

AMEAÇAS DE REMOÇÃO

Desde a década de 1990, as 450 famílias da Vila Autódromo lutam pelo simples de direito de permanecer em suas casas. Isso porque o governo, com seus variados chefes, vêm promovendo uma série de tentativas de remoção da comunidade.

A primeira foi em 1992, quando a Prefeitura alegou que a comunidade causava “dano estético e ambiental”. Quinze anos depois, em 2007, a comunidade sofreu novamente com as ameaças de remoção, por causa de empreendimentos imobiliários para o Jogos Panamericanos.

“Nós costumamos dizer que a Prefeitura faz o jogo dos sete erros para a comunidade. As sete pragas da prefeitura”,

diz Inalva Mendes Brito, diretora da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA).

Em 2009, a prefeitura lançou o “Plano de Legado Urbano e Ambiental”. Segundo este documento, disponível no site da prefeitura, a área da Vila serviria para a ampliação das avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende.

No mesmo ano, o governo também lançou o “Plano Estratégico de Governo 2009-2012”, que tinha entre as metas “reduzir em 3,5% as áreas ocupadas por favelas no Rio.” O projeto contemplava 119 favelas, entre elas a Vila Autódromo, que deveriam ser removidas até 2012. A alegação utilizada é de que estas comunidades “estão em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos”.

Como obra de engenharia, esse viaduto é completamente desnecessário

RESISTÊNCIA POPULAR

Já em 2010, quando o Rio de Janeiro foi eleito para sediar as Olimpíadas, Inalva conta que o próprio prefeito afirmou que as comunidades seriam transformadas em bairros.

No entanto, somente uma comunidade seria removida: a Vila Autódromo.

“Essa notícia fez com que a gente se organizasse e passasse a pedir a inclusão da comunidade nos benefícios dos Jogos Olímpicos”, afirma a diretora da AMPVA. Ela conta ainda a razão dada pelo governo para remover a comunidade.

“A comunidade seria o centro de mídia independente. A gente questionou o que é isso de centro de mídia independente, mas aí o projeto começou a se materializar e setores da cidade passaram a exigir que parte desse projeto viesse para o centro da cidade. Então, eles transferiram o centro de mídia para o Porto”, conta.

Ainda em 2010, outro motivo alegado pelo secretário especial da Rio 2016, Ruy Cezar Miranda Reis, foi que



Comunidade Vila Autódromo localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

a área seria usada como perímetro de segurança e que isso era uma exigência do Comitê Olímpico Internacional (COI). Inalva afirma que isso não tem fundamento porque a área é considerada “tranquila”.

“A comunidade fez uma notificação ao COI porque temos zero de reclamação. Tem um batalhão ali do lado, a comunidade é pacífica. Mandamos esse dossiê para o presidente do COI, em Genebra. Ele mandou uma notificação para o Nuzman [presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB)] perguntando sobre aquilo. Nuzman chutou a bola para o governo Cabral. O governo Cabral chamou o defensor público chefe, deu uma bronca em todo mundo e desmontou o Núcleo de Terra e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro por conta disso. Não se sustentou o argumento de que era uma área perigosa e que era perí-

metro de segurança”, afirma Inalva.

Durante o governo Brizola os moradores receberam títulos de posse provisórios. Em 1996, os títulos foram renovados por 99 anos.

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Depois, veio o argumento da construção do Parque Olímpico e, agora, o viaduto que ligaria a Transolímpica com a Transcarioca. Para Inalva, o verdadeiro motivo das tentativas de remoção é a especulação imobiliária. A Barra da Tijuca é um dos bairros que mais cresce no Rio de Janeiro.

De acordo com o Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Barra da Tijuca é a região carioca que mais cresceu na década. Sua população aumentou “mais de 60%”, chegando a cerca de 300 mil pessoas.

“Para a gente sempre foi muito cla-

ro que ali é uma área de especulação imobiliária por conta do compromisso do ex-prefeito, Cesar Maia, e do atual Eduardo Paes, com as empresas imobiliárias ali do entorno”, afirma a presidente da AMPVA.

PLANO POPULAR

Um estudo, chamado “Plano Popular da Vila Autódromo”, foi desenvolvido com o objetivo de mostrar que, tecnicamente, é possível urbanizar a Vila Autódromo e integrá-la à cidade.

“Nós, da universidade, estávamos fazendo um levantamento dos impactos da Copa. E eles estavam precisando mostrar, concretamente, com um projeto, que poderiam ficar no local”, conta Giselle, que participou da elaboração do plano.

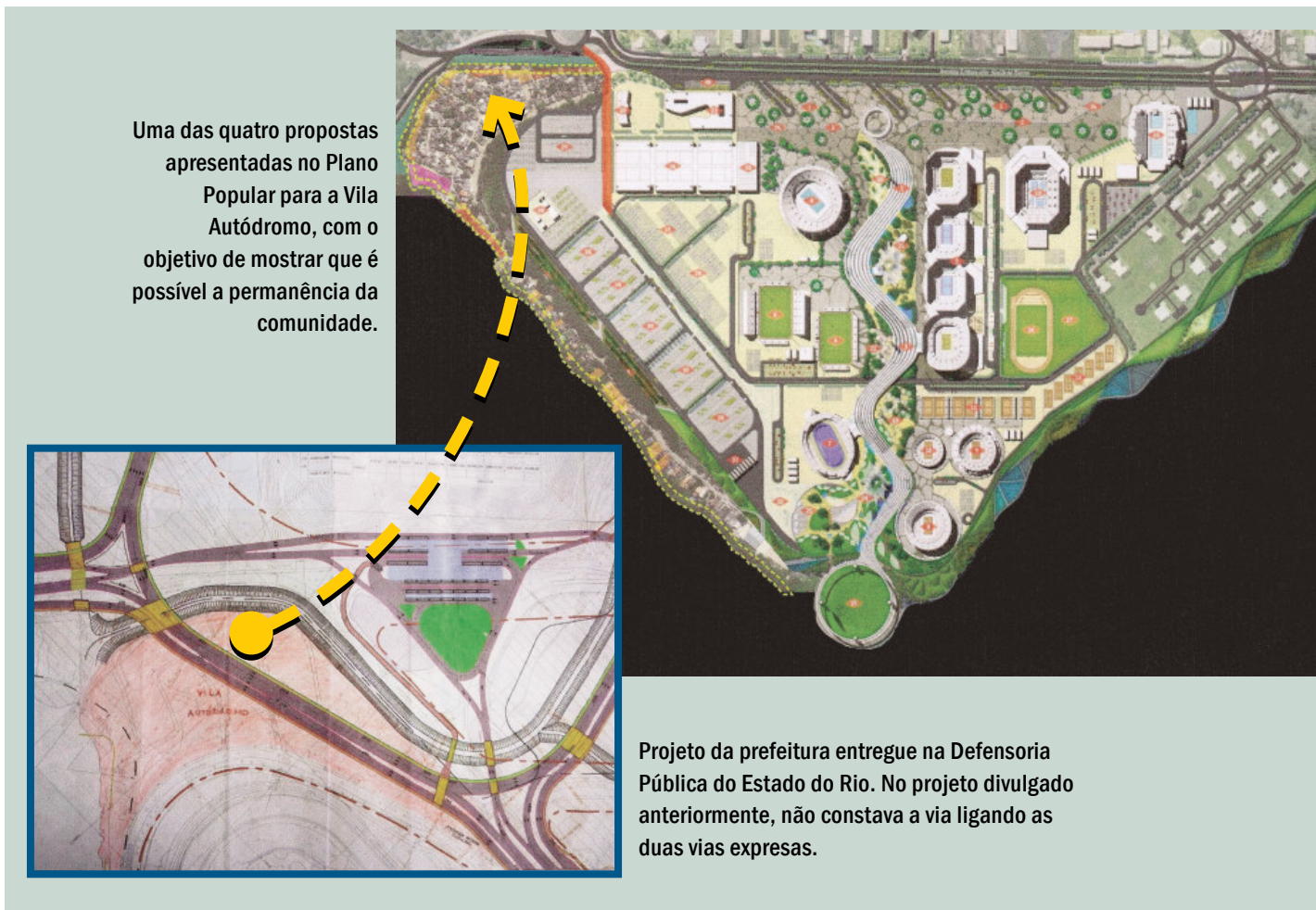
A pesquisadora afirma ainda que o estudo é realista, aponta soluções viáveis para a Vila e que, ao contrário do que diz a prefeitura, é possível urbanizar a área. “As soluções propostas pelo estudo são muito mais baratas do que muitas das soluções da prefeitura”, defende Giselle.

O plano foi desenvolvido em conjunto pelo Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (Neplac/Ettern) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (Nephu) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

UM RIO DE LÁGRIMAS

Essa situação não é exclusiva da Vila Autódromo. De acordo com o Comitê Rio Copa e Olimpíadas, pelo menos 7.185 famílias estão sob a ameaça de despejo em 24 favelas da cidade. Desse total, 1.100 famílias já foram retiradas devido a obras diretamente relacionadas com os eventos esportivos ou com a execução de obras de infraestrutura, segundo o documento.

Em abril deste ano, o Comitê Popular



Uma das quatro propostas apresentadas no Plano Popular para a Vila Autódromo, com o objetivo de mostrar que é possível a permanência da comunidade.

Projeto da prefeitura entregue na Defensoria Pública do Estado do Rio. No projeto divulgado anteriormente, não constava a via ligando as duas vias expressas.

da Copa e das Olimpíadas lançou o dossiê “Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro”. Em seu site oficial, Raquel Rolnik, relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia, afirma que “o documento denuncia o processo de violação do direito à moradia e fala do desrespeito, pelas autoridades, do direito dos cidadãos e cidadãs de terem acesso à informação e

a participar nos processos decisórios. De acordo com o dossiê, 5.325 famílias estão hoje ameaçadas de remoção, em 24 comunidades, sendo que 1.860 já foram removidas”, afirma Raquel em seu texto.

Ainda de acordo com a relatora, “o documento, de cerca de 90 páginas, fala ainda da subordinação dos interesses públicos aos interesses de entidades privadas (entre as quais

destacam-se o Comitê Olímpico Internacional e grandes corporações), fala do desrespeito sistemático à legislação urbana e aos direitos ambientais, aos direitos trabalhistas e ao direito ao trabalho, fala do desperdício dos recursos públicos, que deveriam estar sendo destinados às prioridades da população. Enfim, fala da violação do direito à cidade.”

DIREITO À MORADIA

- A Lei 11.124, de 16 de junho de 2005, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal determinam a utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para habitação de interesse social.



Rio+20, com muitos passos para trás, mas uma perspectiva para a frente

A Rio+20, nome pelo qual é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, ocorre vinte anos após a Rio 92, formalmente a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano. Nesses vinte anos entre as duas conferências das Nações Unidas, o que mudou? O que esperar nesse momento da Rio+20?

A Rio 92 ocorreu, também, vinte anos após a I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia.

Naquele momento, em 1992, o ambiente político mundial era marcado pelo fim da chamada “guerra fria” e o ambiente econômico era tomado pela aplastante hegemonia do pensamento liberal e dos interesses financeiros. Eram anos em que ia de vento em popa o processo de liberalização financeira e comercial que levaria à crise de 2008, cujos desdobramentos vivemos até agora. Mas eram anos também em que se armava um Ciclo de Conferências Temáticas Sociais da ONU, começando pela situação das crianças e passando por meio ambiente, direitos humanos, população, desenvolvimento social, mulheres e segurança alimentar, e terminando, já no começo do novo século, com as Conferências sobre racismo (na África do Sul) e financiamento ao desenvolvimento (no México), que levaria a elaboração das chamadas “Metas do Milênio”.

Os Estados nacionais, representados no ambiente multilateral das Nações Unidas, tentavam mitigar os efeitos sociais do funcionamento do sistema econômico hegemônico pelas finanças mundiais, como exclusão social e concentração de ren-

da, entre outros. Deu no que deu, ou seja, as discussões sobre as metas do milênio viraram avaliações de por que não se estavam cumprindo as metas do milênio.

Só para recordar, os oito objetivos síntese que saíram do Ciclo de Conferências da ONU e se cristalizavam nas metas do milênio eram: erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer

temas como a estruturação e financeirização do mercado de carbono, que abririam caminho para um novo espaço de valorização financeira, e para o que poderia ser chamado de “especulação verde”. Apesar disso, as propostas liberais de mercantilização dos bens ambientais e mais desregulação seguem predominando nos debates oficiais, embora com defesas bem menos entusiasmadas por parte dos governos, que participam das discussões, e mais fortemente por parte dos lobistas. Por outro lado, com os olhos voltados para a crise econômica e as possibilidades de seu aprofundamento,

tempo em que os países em desenvolvimento, especialmente os que começam a ganhar o seu espaço no cenário internacional – por exemplo, os chamados BRICS – resistem a alterações maiores nos padrões de produção e consumo, no momento em que suas populações começam a ter acesso mais abundante aos bens e serviços. Por isso, é provável que não resulte nada de muito substancial da conferência oficial.

Do ponto de vista do movimento sindical, a expectativa e a pressão são para que a construção de uma “economia verde”, uma nova estrutura de produção e consumo socialmente mais justa e ambientalmente mais sustentável, possa servir como uma orientação para a saída da crise que tem custado aos trabalhadores, em todo mundo, perda de direitos, renda e emprego, e gerar um novo ciclo de investimentos e um padrão de crescimento econômico de novo tipo. Além disso, as representações dos trabalhadores colocam como central a questão de se estabelecer um piso de proteção social.

Defendem não apenas uma defesa dos trabalhadores frente à crise, nesse momento, mas o estabelecimento de um novo patamar mínimo para os trabalhadores que possa ajudar a reduzir as desigualdades (a sustentabilidade é entendida sempre, desse ponto de vista social e ambiental). Finalmente, é apontado como central o estabelecimento de uma taxa sobre transações financeiras, entendido como um mecanismo que possa servir não apenas para regular e conter a especulação e a movimentação financeira internacional, mas também para gerar os fundos necessários para financiar os investimentos e gastos sociais e ambientais que conduzam a um novo modelo de desenvolvimento.

As propostas liberais de mercantilização dos bens ambientais e mais desregulação seguem predominando nos debates oficiais

uma parceria mundial para o desenvolvimento.

No caso da Rio 92, e sob o impacto à época do crescimento da consciência ambiental e uma de suas expressões políticas, a constituição de partidos e organizações ecológicas, a Conferência resultou em duas Convenções (a da biodiversidade e a de mudanças climáticas), e uma declaração sobre florestas, além da chamada Agenda 21. A convenção sobre mudanças climáticas resultou, posteriormente, em um novo documento, o chamado Protocolo de Kyoto. Essas convenções seguiram sendo discutidas, em diversas conferências, e com muita polêmica, nos últimos anos.

A Rio+20 ocorre sob um novo ambiente. A crise, a partir de 2007/2008, reduziu bastante o entusiasmo com que se vinha debatendo

especialmente a partir da Europa, e para reunião do G20 marcada para o México no final de julho, é muito difícil que algo de muito efetivo possa resultar da Rio+20, já que os governos dos principais países desenvolvidos têm sinalizado que, por conta das políticas de ajuste fiscal, dificilmente terão os recursos para pagar a conta do “passivo ambiental” gerado no planeta. Chama a atenção o fato de as discussões da ONU adotarem o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, significando que os países mais desenvolvidos deveriam arcar com a maior parte do custo das possíveis soluções para os problemas sociais e ambientais. Tais países veem novas restrições a estruturas produtivas e energéticas mais danosas ao meio ambiente como um custo adicional para suas empresas, ao mesmo

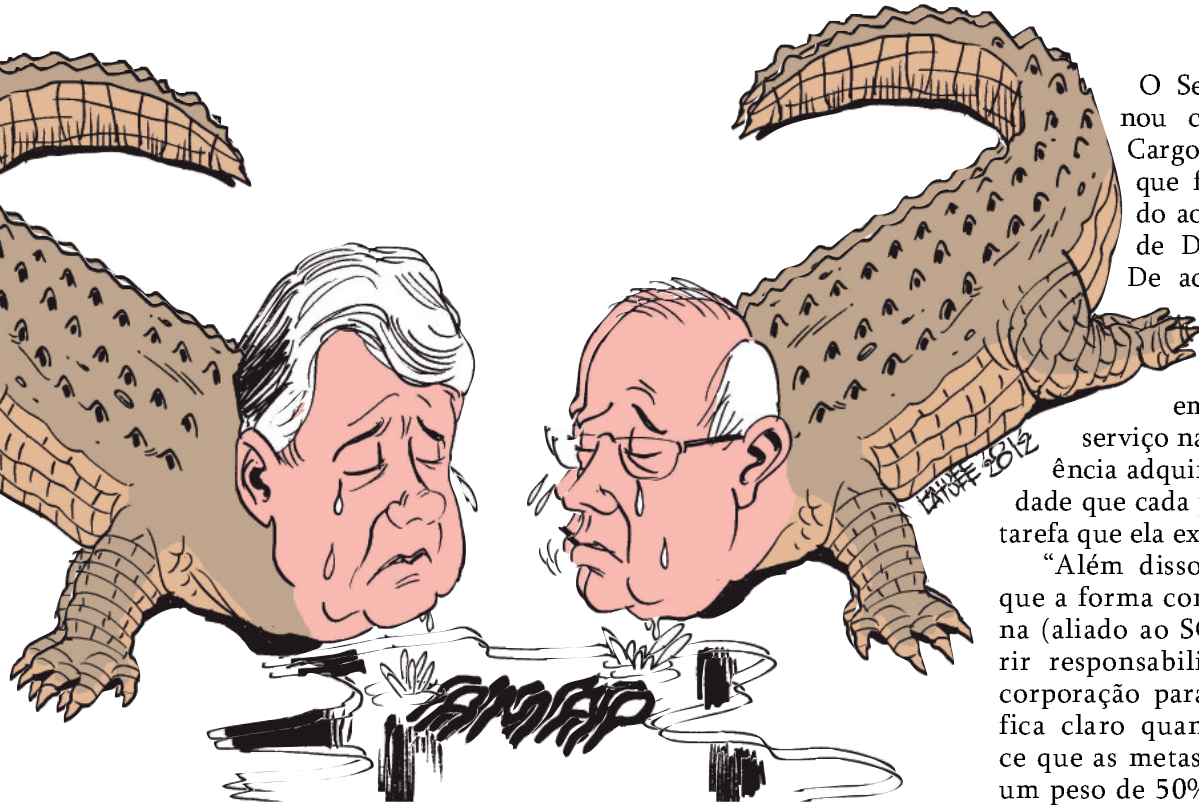
Negociação Coletiva: Eletrobras inclui cláusula não debatida

Entre os dias 23 e 24 de maio, ocorreu, em Brasília, a reunião do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), em Brasília, com a Eletrobras para a primeira rodada de negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) do setor elétrico de todo o Brasil. O coletivo é constituído por federações intersindicais e sindicatos de todo o Brasil.

O diretor do Senge-RJ Gunter de Moura Angelkorte conta que, no dia 23, foi discutida a assinatura do Acordo Coletivo 2011-2012 e do Termo de Compromisso que, embora não tivesse sido assinado antes, já estava sendo praticado pela empresa. No termo, foi incluída uma cláusula que não havia sido discutida com os trabalhadores.

A cláusula se refere ao não pagamento de 1,5%, em dezembro de 2011, às pessoas que não aderiram ao Plano de Cargos e Remuneração (PCR), explica Gunter. O 1,5% se refere ao aumento de meio *step* no PCR para os trabalhadores do setor elétrico, que havia sido acordado como parte do último ACT.

Por isso, no dia 24, durante a reunião com a Eletrobras, foi assinado o Acordo Coletivo e não foi assinado



o Termo de Compromisso. Gunter explica que toda negociação é feita de boa fé e que o Termo de Compromisso é um documento extra usado por ambas as partes para contemplar as demandas que não são inseridas no Acordo Coletivo.

“Esse Termo de Compromisso é tido por ambas as partes como uma espécie de acordo de ‘fio de bigode’. Existe o compromisso de ambas as partes de que esse termo não vai ser usado para qualquer coisa, mas ele

vale”, diz Gunter. “O acordo em si não foi ruim. Todas as cláusulas que estavam no termo de compromisso foram cumpridas. Mas, do jeito que as coisas ocorreram, houve quebra de confiança”.

A diretora do Senge-RJ Maria Virgínia Martins Brandão afirma que a empresa está tentando penalizar quem não aderiu ao Plano de Carreira e Remuneração. “Quem não entrar, quem não assinar, não recebe 1,5%”, diz Virgínia.

O Senge-RJ se posicionou contra o Plano de Cargos e Remuneração, que funcionará vinculado ao Sistema de Gestão de Desempenho (SGD). De acordo com Gunter, as pessoas seriam enquadradas no plano sem levar em conta o tempo de serviço na empresa, a experiência adquirida, a responsabilidade que cada pessoa tem em cada tarefa que ela executa pela empresa.

“Além disso, a gente entende que a forma como o plano funciona (aliado ao SGD) busca transferir responsabilidades que são da corporação para o indivíduo. Isso fica claro quando você estabelece que as metas para a pessoa tem um peso de 50%; a meta empresarial, de 20% e a meta gerencial de 30%”, explica Gunter.

O diretor reafirma que a essa questão ainda não está fechada e que o CNE irá discutir o assunto com a empresa na segunda rodada de negociação, que acontece no dia 13 de junho.

“Eu negociei que ia ter 1,5% para todo mundo e você foi e adulterou o acordo. Na verdade, essa disputa que o Senge, a Fisenge e a Intersul colocaram dentro do Coletivo agora é uma questão de princípios. Porque nós não combinamos isso”, critica Gunter.

Modelo energético em pauta

O atual modelo do setor energético no Brasil foi o tema do Seminário Nacional sobre modelo energético: Atualidades e Perspectivas. O diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Olímpio dos Santos, esteve presente e afirma que o evento foi importante por trazer os atingidos pelo modelo para o debate.

“Pela primeira vez, houve uma discussão sobre a importância para o país da questão energética com os movimentos sociais e com aqueles que são mais atingidos por essas questões”, diz Olímpio.

Além disso, o diretor afirma que encontros como esse reforçam o debate entre a população e as empre-

sas do setor. “Essa discussão é uma forma de exercício da democracia”, defende.

No seminário, estiveram presentes a Federação Intersindical de Sindicatos dos Engenheiros (Fisenge), a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento

dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Via Campesina.

Órgãos do governo ligados à questão energética também realizaram palestras durante o evento, como, por exemplo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Petrobras e a Eletrobras. O seminário aconteceu em Brasília, nos dias 19 e 20 de abril.

Novos cursos em Resende

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) está promovendo, na Delegacia Sindical em Resende, os cursos de AutoCAD 2D, Orçamento e Cálculo do BDI e Engenharia Legal, Avaliações e Perícias Judiciais. Os novos associados têm 40% de desconto em todos os cursos. Para os que já são associados, o desconto é de 20%.

O diretor do Senge-RJ Marco Antonio Barbosa explica que é muito importante para o sindicato abrir as portas para a qualificação profissional dos engenheiros.

“Também tem que se usar outros meios para se aproximar dos profissionais. Uma das maneiras é oferecer cursos que podem qualificar o profissional, dar a ele um certo *upgrade*”, diz Marco Antonio.

O curso de AutoCAD será ministrado pelo professor Renato Donato Vieira, gerente e responsável pela área de treinamento de AutoCAD da BRWips Treinamentos. O curso é destinado a



Katarine Flor

“É muito importante para o sindicato abrir as portas para a qualificação profissional dos engenheiros.”

MARCO ANTONIO BARBOSA • diretor do Senge-RJ

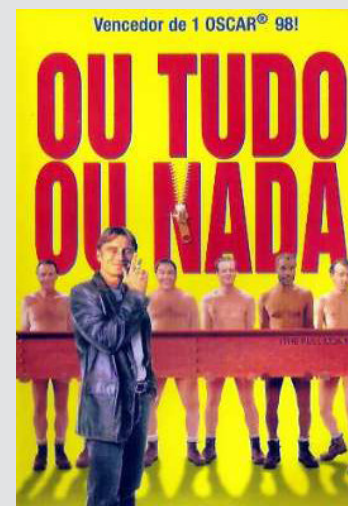
qualquer pessoa com conhecimento mínimo de informática.

Inicialmente, serão trabalhados os elementos mais gerais e, gradativamente, o conteúdo será aprofundado em projetos mais complexos. No treinamento, será possível utilizar as ferramentas várias vezes e em diferentes situações.

O curso de “Orçamento e cálculo de BDI” tem como objetivo apresentar todos os passos para a elaboração do preço de venda de serviços de engenharia, arquitetura, entre outros. O curso será ministrado pelo professor Paulo Roberto Vilela Dias, engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal Fluminense

O Senge-RJ também está oferecendo o curso “Engenharia Legal, Avaliações e Perícias Judiciais”. Ministrado pelo professor Sérgio Antonio Abunahman. O objetivo do curso é preparar profissionais que desejam ingressar no ramo das perícias e avaliações, tornando-os aptos a elaborar laudos e pareceres técnicos.

A Delegacia Sindical do Senge-RJ em Resende fica na rua Vila Adelaide, 211, Jardim Brasília, Resende. Mais informações pelo telefone (24) 2109-1672 ou pelo e-mail leandrosengerj@gmail.com.



Senge-RJ apresenta:

Ciclo de Cinema e Debates “Os Efeitos do Neoliberalismo”, com o filme *Ou tudo ou nada*, de Peter Cataneo (Inglaterra, 1997).

ENTRADA FRANCA

Dia 28 de junho, às 19h

Av. Rio Branco, 277, 17º andar

A cidade é maravilhosa e a temporada é de bons negócios.

WWW.RIOINFRA.COM.BR

RIO|infra estrutura

3ª Feira Internacional de Máquinas, Produtos e Serviços para Obras de Infraestrutura

7-9 | Novembro 2012 | 14h às 21h

RIOCENTRO | RJ

A **Rio Infraestrutura** se consolida como um importante canal de negócios ao reunir grandes profissionais do setor e apresentar a vitrine mais completa de máquinas e equipamentos pesados. Um grande evento que conta com a presença de fornecedores, locadoras, empreiteiras e construtoras e oferece o espaço ideal para realizar ótimos negócios com os maiores empreendedores do mercado de infraestrutura do país.



Construção e Engenharia



Veículos, Máquinas e Equipamentos



Transportes e Logística



Pavimentação e Manutenção de Infraestrutura



Ferramentas e Acessórios

GARANTA SEU ESPAÇO E REALIZE BONS NEGÓCIOS!

Organização e Promoção

Reed Exhibitions
Alcantara Machado

Fagga | exhibitions

Apoio

ANICER

São Paulo: 11 3060-4901 | Rio de Janeiro: 21 3035-3183

E-mail: info@rioinfra.com.br

Mudança no modelo do setor elétrico pode baixar o preço da conta de luz

Especialistas afirmam ser necessário rever todo o modelo do setor elétrico brasileiro

O Governo Federal tem avaliado um pacote de ações visando a modicidade tarifária, ou seja, diminuir o custo da tarifa de energia para o consumidor. A redução de impostos, encargos setoriais e tributos figuram como uma de suas principais medidas.

O engenheiro e diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor de Energético (Ilumina) Roberto D'Araújo lembra que não há como negar que os impostos sobre a energia elétrica são muito altos. Contudo, considera que o custo dos impostos não é o principal fator que eleva o valor da conta de luz.

MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO

D'Araújo acredita que existe uma série de decisões para o setor elétrico, tomadas no passado, que possibilitaram o aumento do custo da tarifa. “Este é o momento de se rediscutir todo o modelo do setor elétrico brasileiro”, afirma.

“Existem mercados em que você não sabe quanto pagam. Se nós pagamos caro talvez seja porque alguém está pagando pouco”, afirma.

O engenheiro explica que a energia que não é consumida no mercado cativo é comercializada no mercado livre, “onde não se sabe muito bem quanto é pago pela energia”.

O mercado cativo é aquele que obrigatoriamente compra energia de apenas uma única concessionária, como o consumidor comum que, aqui no Rio de Janeiro, é obrigado a comprar da Light ou da Ampla.

Esta energia que “sobra” é leiloada no mercado livre (pode-se comprar de qualquer concessionária, mesmo em outro estado) para grandes consumidores, como indústrias e *shopping centers*. Neste mercado não são bem definidos os parâmetros para determinação dos valores.



Miguel Sampaio, diretor do Senge-RJ



Jessica Naime, técnica do Dieese



Roberto D'Araújo, diretor do Ilumina

ESPECULAÇÃO DOS PREÇOS

O diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) Miguel Sampaio avalia que, para fazer frente à especulação e à remuneração dos inúmeros agentes que atuam no mercado de energia, de modo a garantir o propalado “preço módico”, o governo deverá, como uma das medidas, reduzir os impostos das tarifas. O fato de cortar impostos é bom, porém não para garantir os lucros dos agentes do mercado de energia.

Ele afirma que “um serviço que deveria ser considerado como um bem público, voltado para atender às necessidades da população, acaba se transformando em uma mera mercadoria”.

Segundo ele, “se este modelo não for revisto, as empresas privadas vão continuar mantendo suas margens de lucro, independente da qualidade do serviço”, pondera. Basta observar o desempenho da Light que foi a antepenúltima colocada (31ª) no ranking de desempenho global de continuidade (ver em http://www.aneel.gov.br/visualizar_texto.cfm?idtxt=1973).

Em penúltimo e último lugar ficaram a Cepisa (Piauí) e a Celpa (Pará), respectivamente. A Ampla ficou em 25ª colocação. Evidentemente, o faturamento da Light, cujos bueiros explodem e ferem pessoas, que cobra das comunidades carentes tarifas exorbitantes (ver o caso de Vigário Geral), vai muito bem: o lucro líquido, no 1º trimestre de 2012, foi de 140 milhões de reais”.

CARGA TRIBUTÁRIA

A técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na subseção do Senge-RJ Jéssica Naime, avalia que cabe refletir se desonerar o setor realmente resolveria a situação ou traria consigo implicações sociais. Isso porque deve-se levar em conta onde os recursos então arrecadados com os impostos deixarão de ser investidos.

Jéssica acredita que as desonerações que vêm sendo propostas devem ser analisadas com a preocupação de não afetar a capacidade de financiamento do Estado. Isto

porque impostos, tarifas e tributos são fontes de recursos para políticas sociais e infraestruturas de uso coletivo. Mesmo assim, destaca a importância de se discutir a estrutura tributária no Brasil.

“É necessário distribuir o ônus da carga tributária com mais justiça social, com cuidado para não comprometer as políticas públicas”, diz. Ela avalia que deveria ser feita a reforma tributária no Brasil.

O regime tributário brasileiro contribui para a concentração de renda e riqueza em vez de promover a justiça social. As famílias mais pobres pagam mais impostos, proporcionalmente à renda que possuem, do que as mais ricas.

Isto ocorre porque a maior parte da arrecadação tributária é feita por meio de impostos indiretos, que incidem sobre o consumo e são cobrados de forma embutida nos preços. Considerando que o trabalhador mais pobre gasta maior parcela de seu salário com consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência, a carga tributária incidente sobre ele é, também, proporcionalmente maior.

Fotos: Arquivo Senge

Senge-RJ luta por projeto para segurança de consumidores de gás

O sindicato está trabalhando junto aos movimentos sociais pela aprovação do projeto de lei que torna obrigatórias vistorias gratuitas em residências e estabelecimentos comerciais.

O Sindicato dos Engenheiros tem atuado de forma constante, denunciando situações de risco e apresentando propostas para redução dos acidentes com gás no Estado do Rio de Janeiro, as explosões de bueiros que ocorreram no ano passado, que tanto causaram medo aos cariocas. Infelizmente, acidentes com gás não acontecem só nas ruas da cidade, são também comuns dentro das residências, onde quase sempre causam vítimas fatais.

Por isso, o Senge-RJ tem apoiado o movimento Morte por Gás Nunca Mais, junto com o Crea-RJ, o Sindipetro-RJ, a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), e várias associações de moradores, e vem trabalhando pela aprovação do Projeto de Lei (PL) 762/2007, que propõe tornar obrigatórias vistorias gratuitas, a cada dois anos, nas instalações de gás residenciais e comerciais. O projeto, que tramita vagarosamente na Alerj, após aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Economia, está parado desde novembro de 2011 na Comissão de Minas e Energia.

De acordo com o engenheiro e diretor do Senge-RJ, Antônio Gerson, “o caso recente das vistorias contratadas pela prefeitura que praticamente interromperam a série de explosões de bueiros pelas ruas da cidade, são a demonstração da necessidade de aprovação desse projeto de lei”, defende ele. Segundo Gerson, “o mesmo resultado, isto é, a quase eliminação dos acidentes poderá ser obtida com a realização de vistorias periódicas nas instalações internas das edificações”.



Adriana Medeiros

Acima, o diretor do Senge-RJ Antônio Gerson ao lado do deputado estadual Janio Mendes (PDT).

Abaixo, à esquerda, a deputada Janira Rocha (PSOL) e, à direita, o deputado Gilberto Palmares (PT).



que não consegue nem conceber a imagem de ver o filho ir tomar banho e acabar morrendo. “Você pensa que o seu filho está seguro em casa e coisas dessas acontecem”, disse ela, “Qualquer cidadão que pode ter a imagem do seu filho morto dentro de um banheiro por uma coisa que podia ser evitada por uma vistoria sabe da importância desse projeto. Não é um projeto qualquer, é a vida dos nossos filhos”, defende

Buscando apoio para a aprovação do PL 762, Antonio Gerson e membros do movimento vêm se reunindo com diversos deputados, como Janira Rocha (PSOL), Gilberto Palmares (PT) e Janio Mendes (PDT).

Em discurso no plenário da Alerj, o deputado Janio Mendes afirmou: “Após a grande onda de explosões, tivemos a contratação de uma equipe de vistoria e, após o início da atuação dessa equipe, tivemos uma redução

do número de explosões de bueiros na cidade, trazendo-o quase a zero nos últimos dias”, disse ele.

Também o deputado Gilberto Palmares afirma que “já passou da hora de ter uma vistoria.” Mas, para ele, é importante também informar a população sobre os riscos e o uso correto dos aparelhos de gás.

A deputada Janira Rocha frisou a importância do projeto e lembrou das mães que perderam os filhos e disse

Outros deputados já se manifestaram a favor da PL do Gás, entre eles Inês Pandeló (PT), Zaquie Teixeira (PT), Robson Leite (PT), Luiz Martins (PDT), Wagner Montes (PDT), Luiz Paulo (PSDB), Marcelo Freixo (PSOL), Aspasia Camargo (PV), Enfermeira Rejane (PcdoB), Edino Fonseca (PR), Myrian Rios (PSD), Miguel Jeovani (PR) e Rosangela Gomes (PRB).



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277, 17o andar Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

imprensa@sengerj.org.br

Impresso
Especial

9912181248/2007/DR/RJ
SENGE/RJ

---CORREIOS---

